



O governo constitucional de Getúlio Vargas foi iniciado em meio ao clima de grande expectativa a respeito da democratização da nação. Essa expectativa era resultado da promulgação da Constituição de 1934, considerada, em partes, bastante avançada. A expectativa com o futuro do país acontecia principalmente porque essa Constituição criava prerrogativas que limitavam o poder do Executivo.

Vargas havia sido eleito em eleição indireta para um mandato de quatro anos, que, portanto, teria fim em 1938. Diferentemente do que se esperava em 1934, a sociedade brasileira caminhou para a radicalização. Isso refletia a tendência mundial em que as democracias representativas e liberais estavam em franca decadência e regimes autoritários surgiam por todo lado.

Além disso, o presidente Vargas em seu projeto de poder também tinha intenções de radicalizar a forma que governava o país. Esse período da era varguista foi marcado por ações que caminhavam no sentido de aumentar os poderes presidenciais. Getúlio Vargas atuou na montagem do Estado Novo.

GRUPOS POLÍTICOS

O cenário da política nacional radicalizou-se, e grupos políticos surgiram como reflexo das duas tendências políticas que estavam em evidência no mundo. A década de 1930 ficou marcada pelos regimes ditos totalitários, e isso refletia o sucesso de ideais que não valorizavam a democracia e nem o liberalismo econômico – as tendências políticas e econômicas vigentes anteriormente.

O Brasil refletiu isso com grupos que à direita e à esquerda foram vistos

pelos historiadores como sinais da radicalização e polarização da nossa política. Na extrema-direita, surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado. Os integralistas surgiram no meio do movimento constitucionalista que atingiu São Paulo em 1932.

O integralismo refletia a influência dos fascismos europeus no Brasil, sobretudo o italiano. Os integralistas vestiam-se com uniformes com característica militar na cor verde, organizavam grandes encontros públicos e formavam milícias, que agiam violentamente contra grupos políticos da esquerda. Os integralistas souberam explorar a insatisfação e o medo das classes médias baixas com as dificuldades econômicas – fruto da Grande Depressão – e conquistaram milhares de adeptos.

Do lado da esquerda, formou-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL), apoiada no Partido Comunista do Brasil (PCB). A ANL inspirava-se no comunismo soviético, àquela época controlado por Josef Stalin, e aqui no Brasil posicionava-se como uma frente de combate ao fascismo. A ANL acabou tornando-se o principal articulador da luta revolucionária defendida pelos comunistas daquela época.

O grande nome da ANL era o de Luís Carlos Prestes, nomeado presidente de honra do partido e grande nome da luta popular no Brasil desde que havia liderado a Coluna Prestes, na década de 1920. Prestes era um tenentista que lutou contra as oligarquias e aderiu ardorosamente ao comunismo, inclusive tendo morado alguns anos em Moscou.

Prestes foi mandado de volta para o Brasil como líder da ANL e como grande articulador de um movimento revolucionário para tomar o poder no Brasil. Além disso, a ANL tinha como objetivos realizar a reforma agrária no país e garantir liberdades individuais e direitos sociais.

A ANL acabou sendo, com membros do PCB, protagonista de um movimento que eclodiu em 1935 e que teve como objetivo derrubar Getúlio Vargas do poder. Esse movimento recebeu o nome de Intentona Comunista e aconteceu entre 23 e 27 de novembro de 1935 em três cidades brasileiras: Recife, Natal e Rio de Janeiro. A Intentona Comunista foi um grande fracasso, pois se resumiu a um levante de militares de esquerda. Como consequência da Intentona, Vargas ampliou os seus esforços no sentido de centralizar o poder.

CONSTRUÇÃO DO ESTADO NOVO

A Intentona Comunista de 1935 foi o pretexto que Vargas precisava ter para acentuar sua postura no sentido de implantar um regime autoritário no Brasil. Mas é importante ressaltar que, antes disso, o governo de Vargas já dava sinais que estava caminhando para isso. Dois exemplos disso aconteceram em 1935: a aprovação, em março, da Lei de Segurança Nacional, que fornecia poderes ao governo para combater

crimes contra a “ordem social”, e o fechamento da ANL por ordem do governo, em julho.

Quando a Intentona aconteceu, Getúlio Vargas pressionou os parlamentares para que o estado de sítio fosse aprovado – o que de fato aconteceu em novembro de 1935. A perseguição aos comunistas que participaram da Intentona resultou na criação de um tribunal extremamente rígido, o Tribunal de Segurança Nacional. Além disso, durante as prisões, os interrogatórios foram conduzidos com uso regular de tortura.

Depois de ser implantado o estado de sítio, Vargas teve seus poderes ampliados por emenda constitucional, e a Lei de Segurança Nacional passou por um endurecimento em seus termos. Em 1936, Vargas conseguiu estender o estado de sítio por mais um período de tempo, e a perseguição estendeu-se aos parlamentares do Congresso (um senador e quatro deputados foram presos). Nesse período entre 1936-37, os preparativos para a aplicação de um golpe que estendesse os poderes presidenciais estavam a todo vapor.

ATIVIDADES

⇒ Responda em seu caderno as perguntas a seguir:

1. Qual era a expectativa em relação à democratização da nação durante o governo constitucional de Getúlio Vargas?
2. Por que a sociedade brasileira caminhou para a radicalização durante o governo de Vargas?
3. Quais eram as intenções de Getúlio Vargas em relação ao aumento dos poderes presidenciais?
4. Quais foram os grupos políticos que surgiram durante esse período e como eles refletiam a radicalização e polarização da política brasileira?
5. Quais eram as características e influências do grupo integralista brasileiro?
6. Quem liderava a Aliança Nacional Libertadora e qual era a sua ideologia política?
7. O que foi a Intentona Comunista de 1935 e qual foi o resultado desse movimento?

DOBRE A FOLHA AO MEIO ➡
E COLE ESTE LADO EM SEU CADERNO